

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E O ENSINO DE PORTUGUÊS DO SURDO NO BRASIL: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Elayne Cristina Rocha Dias<sup>1</sup>  
Maria de Fátima Cardoso Gomes<sup>2</sup>

## RESUMO

A pesquisa intitulada “As políticas públicas de educação especial e inclusiva e o ensino de português do Surdo no Brasil: levantamento bibliográfico”, surgiu através das vivências de cunho profissional e acadêmico ao longo dos anos (2009 – 2020) pela pesquisadora. Assim, neste trabalho pretendemos desenvolver sobre as políticas públicas de educação especial e inclusiva que possibilitaram o crescimento de alunos surdos presentes no ensino comum na Educação Básica visando fomentar uma reflexão acerca do processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa pelos Surdos na Educação Básica; descrever as pesquisas que envolvem a temática do ensino de Língua Portuguesa para Surdos na cidade de Teresina (Piauí), utilizando-se de procedimentos de revisão bibliográfica. Utilizou-se como metodologia os procedimentos de revisão bibliográfica de dois sites (catálogo de dissertações/ teses da Capes e Google Acadêmico), levando em consideração os descritores: surdo, ensino de português e professor, como também, foram analisados documentos e a legislação pertinente às Políticas Públicas de Inclusão no Brasil. Os resultados desse levantamento com base nas pesquisas de: Fernandes (2003/2020), Paula (2014), Reis (2013), Santos; Chagas; Souza (2012), consideram importante a efetivação das Políticas Públicas de Inclusão; prezam pelas transformações nas práticas dos educadores por meio de capacitações; pelo ensino Bilíngue e o uso de recursos adequados a aprendizagem dos estudantes Surdos.

**Palavras-chave:** Aluno Surdo, Ensino de Português, Professor, Inclusão.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988; a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); a incorporação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI) em 2008 dentre outras leis e

---

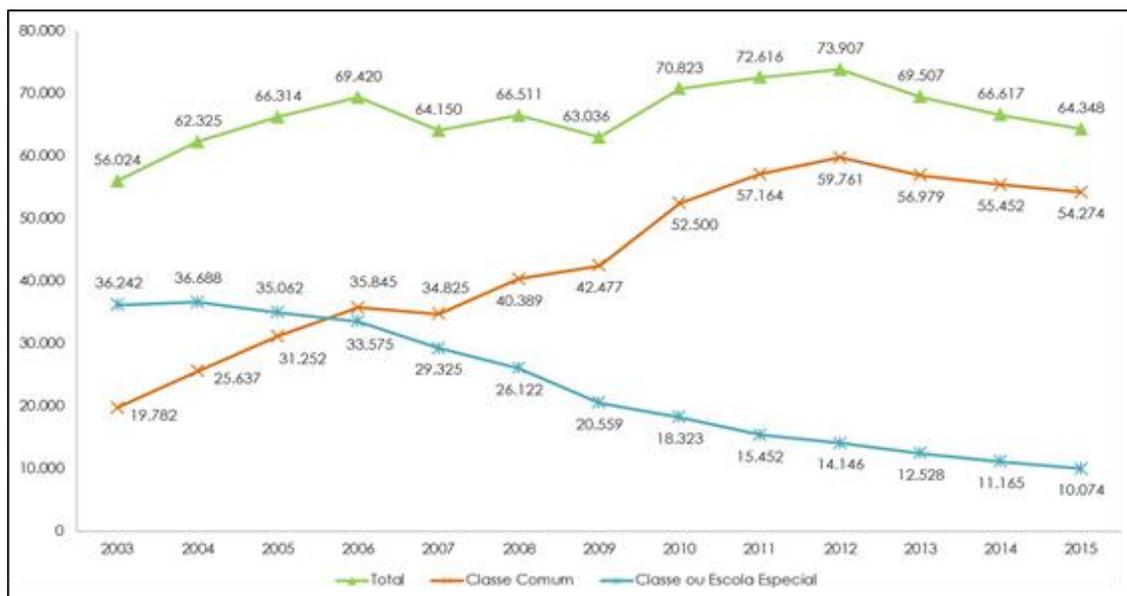
<sup>1</sup>;Doutoranda em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; professora da Secretaria Municipal de Educação- SEMEC/PI; e-mail: elaynedias2017@outlook.com

<sup>2</sup>Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Pós-Doutorado no Instituto de Estudos Linguísticos/IEL/UNICAMP, e-mail: mafacg@gmail.com

documentos, estimulam o aumento de matrículas de educandos com deficiência na rede pública de ensino.

A figura 01, a seguir, demonstra dados referentes desde o ano de 2003 até 2015, em relação as matrículas de Surdos na Educação Básica na escola regular e também na escola especial.

Figura 1 - Crescimento no número de matrícula de alunos Surdos no ensino comum na Educação Básica



Fonte: Censo Escolar MEC/INEP (BRASIL, 2015, p. 404) apud Ziliotto; Gisi (2015)

Baseando-se nos dados da Figura 1, percebe-se que um crescimento de mais de 200% nas matrículas de alunos surdos no ensino comum da Educação Básica, tomando como base o ano de 2003 havia 9782 alunos em em 2015se alcança a quantidade de 54.274 alunos surdos matriculados. O senso de 2015 a 2020 ainda não disponibilizou o número de alunos surdos que se encontram no ensino comum na Educação Básica.

Neste trabalho pretendemos desenvolver sobre as políticas públicas de educação especial e inclusiva que possibilitaram o crescimento de alunos surdos presentes no ensino comum na Educação Básica visando fomentar uma reflexão acerca do processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa pelos Surdos na Educação Básica; descrever as pesquisas que envolvem a temática do ensino de Língua Portuguesa para Surdos na cidade de Teresina (Piauí), utilizando-se de procedimentos de revisão bibliográfica.

A metodologia consistiu em procedimentos de revisão bibliográfica de dois sites (catálogo de dissertações/ teses da Capes e Google Acadêmico), levando em consideração os seguintes descritores: “surdo”, “ensino de português” e “professor”.

Além disso, foram analisados a legislação pertinente às Políticas Públicas de Inclusão no Brasil; a Constituição de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996; a Declaração de Salamanca (1994). O recorte temporal dessa pesquisa de cunho bibliográfico, abarcou os anos de 2012 a 2020.

Os resultados gerais desse levantamento com base nas pesquisas de: Fernandes (2003/2020) Paula (2014), Reis (2013), Santos; Chagas; Souza (2012), demonstraram a importância da efetivação das Políticas Públicas de Inclusão; o incremento de demandas para uma formação adequada para os professores; transformações nas práticas dos educadores em prol de um ensino Bilíngue e o uso de recursos correspondentes às necessidades de aprendizagem dos estudantes Surdos. Por meio dessa pesquisa bibliográfica que envolveu também o estudo de documentos importantes dessa área de conhecimento, pudemos ampliar nosso conhecimento sobre esse assunto a ampliar nossa visão sobre esta linha investigativa.

Este artigo estrutura-se com uma introdução e apresentação do tema a ser discutido, a metodologia da revisão bibliográfica e discussão dessa revisão e as considerações finais.

## **METODOLOGIA**

A metodologia do presente artigo, consiste numa pesquisa do tipo bibliográfica, priorizando pesquisas com a temática: o processo de inclusão e o ensino de Português para os Surdos no Brasil, estabelecendo-se como descritores “surdo”; “ensino de português” e “professor”. Sobre o estudo bibliométrico temos:

[...] o estudo bibliométrico busca identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele. Parte do princípio de que, ao iniciar-se uma nova pesquisa acadêmica, tudo o que está sendo discutido, publicado e gerado de conhecimento nessa linha de pesquisa deve ser mapeado para a construção do conhecimento a ela relacionado (TREINTA, et al. 2014, p. 509 ).

Esse artigo, portanto, corresponde, em parte, ao levantamento de pesquisas do catálogo de dissertações/ teses da Capes e do Google Acadêmico, com o recorte temporal entre os anos de: 2012 à 2020 visando contribuir para a construção de conhecimentos sobre um determinado campo científico – o ensino de português para

surdos no ensino comum da Educação Básica. Esse levantamento será apresentado a seguir.

. Dentre os textos analisados, procuramos retratar sobre a temática do processo de inclusão e o ensino de Português para os Surdos no Brasil, destacando-se as palavras-chave já mencionadas e o contexto da pesquisa abordados em duas dissertações e dois artigos. Os quadros 01 e 02 correspondem ao levantamento dos principais autores do catálogo de dissertações/ teses da Capes e do Google Acadêmico.

Quadro 01: Levantamento dos principais autores do catálogo de dissertações/ teses da Capes

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Palavras-chave/ temáticas envolvidas</b>
O uso do dicionário de língua como instrumento didático no ensino de língua portuguesa para alunos surdos: em busca de um bilinguismo funcional.	2014	Barbara Neves Salviano de Paula	Libras; surdo; Dicionários e Língua portuguesa
Formação docente e educação de surdos: um encontro com a diferença, cultura e identidade surda	2013	Dulcilene Saraiva Reis	Formação Docente. Multiculturalismo. Estudos Surdos

Fonte: Organizado pela autora (2020)

No tocante ao trabalho da autora Paula (2014), aborda-se o uso dos dicionários em sala de aula de Português como facilitador do desenvolvimento da competência lexical. A partir da metodologia de materiais didáticos, com observações e aplicação de entrevistas.

A autora propôs, metodologias que vão além de um livro didático, como o uso dos dicionários já disponíveis e em circulação com intuito de alcançar aos objetivos propostos em sua pesquisa. Os resultados principais alcançados referem-se às dificuldades enfrentadas e a falta de capacitação e/ou aperfeiçoamento dos professores de Português no processo de ensino-aprendizagem dos Surdos.

Com relação ao estudo de Reis (2013), descreve e analisa a formação docente dos professores do Ensino Fundamental II, que atendem alunos Surdos no município de

Porto Velho (RO), tendo em vista a perspectiva da inclusão desses estudantes nas escolas regulares.

Sua metodologia, refere-se a uma abordagem qualitativa, de cunho etnográfico e do tipo descritiva, realizada no município de Porto Velho (RO), no período de junho/2011 a junho de 2013, tendo como sujeitos professores, alunos Surdos e tradutores/intérpretes de língua de sinais.

Destaca-se em sua dissertação, aspectos teóricos sobre a educação especial e inclusiva no Brasil e de Rondônia, as causas da deficiência auditiva, tipos de aparelhos e pontos relacionados ao implante coclear. Além disso, o autor descreve e analisa a trajetória de implantação da escola Bilíngue para Surdos em Porto Velho (RO).

Os resultados dessa pesquisa remetem-se a duas temáticas importantes: Políticas Públicas e atendimento diferenciado. Dessa forma, compreende-se a importância do acesso ao conhecimento, no caso da inclusão escolar, com a mesma qualidade dos ouvintes (REIS, 2013).

Percebe-se que os Surdos reconhecem a importância em aprender o Português destacando a Libras como fonte primordial para este aprendizado. Entretanto, nas escolas regulares na modalidade inclusiva, na sua maioria, o Português é ofertado como primeira língua para o Surdo e desta forma, este aluno sente dificuldade em aprender o Português.

No quadro 02, destaca-se os artigos analisados do site Google Acadêmico.

Quadro 02: Levantamento de artigos do site Google Acadêmico

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor (es)</b>	<b>Palavras-chave</b>
Letramentos na educação bilíngue para surdos: caminhos para a prática pedagógica	2003/2020	Sueli Fernandes	Letramentos, Educação Bilíngue para Surdos.
Educação inclusiva para surdos: desafios e perspectivas	2012	Maria Viviane dos Santos Yasodaria Maria Mota Chagas Margarida Maria Pimentel de Souza	Educação de surdos. Inclusão. Interações.

Fonte: Organizado pela autora (2020)

Fernandes (2003/2020) desenvolve sua pesquisa com base na contribuição de autores como: Bakhtin (1988, 1990, 1992), Faraco (2000); Souza (1998) etc., adotando uma análise crítica e consistente dos programas de Bilinguismo destinados às minorias linguísticas.

Os resultados dessa pesquisa, apontam para uma reflexão que conduz à possibilidade de retirar os sujeitos Surdos da “marginalidade” linguística, desvelando alguns dos fatores que impedem a aproximação com a escrita. Defende-se a educação Bilíngue como situação linguística e as práticas de letramentos envolvendo Libras e português (como modalidade escrita).

O segundo artigo das autoras Santos; Chagas; Souza (2012), aprofundam aspectos relacionados a legislação que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), elegendo como procedimento metodológico um estudo de caso em uma escola pública do município de Fortaleza (Ceará), com entrevistas e observações. O contexto da pesquisa, aponta como resultados o grande número de alunos em sala de aula e falhas na interação (professor, aluno Surdo e tradutor/intérprete de língua de sinais).

Em ambas as pesquisas se conclui que não contemplam efetivamente algumas das propostas de Políticas Públicas de Educação Inclusiva (relatadas na seção 3) e especialmente as relacionadas a educação dos Surdos, tais como: responder às necessidades diversas dos alunos, acomodando em sala de aula regular, todos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA , 1994).

Em muitos municípios, o ensino do Português remete-se ao auxílio do tradutor/intérprete de Libras ou até mesmo ao AEE, contrariando em muitas situações ao que aborda a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI) de 2008, que pretende promover assistência complementar e suplementar para garantir a acessibilidade curricular, estratégias e recursos no processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

Essas pesquisas, trazem relevância social, pois ocupam discussões sobre a educação bilíngue para a comunidade Surda, sendo este, um percurso mais adequado como retrata Reis (2013) em seu trabalho.

Esses estudos analisados, colaboram sob a perspectiva da importância do uso de dicionários em sala de aula regular no ensino do Português como instrumento para o

desenvolvimento lexical dos estudantes Surdos e reforçam a importância no aperfeiçoamento dos docentes em relação a sua prática como forma de melhorias ao receberem os educandos Surdos em sala. Assim, esses conhecimentos acerca destas pesquisas pela sociedade, promovem uma reflexão social sobre as Políticas Públicas de Inclusão e proporcionam um caminho e a construção de saberes, possíveis para a preparação dos docentes sobre a educação dos Surdos no ensino do Português como segunda língua.

Os trabalhos que se ocupam da discussão da educação bilíngüe para surdos têm como pressuposto o reconhecimento da língua brasileira de sinais – Libras como produção histórica e cultural das comunidades surdas brasileiras e como língua principal no currículo escolar, seguida do aprendizado do português, língua nacional majoritária, assegurada como segunda língua, em sua modalidade escrita. Essa situação encontra-se politicamente legitimada, desde o reconhecimento oficial da Libras no território nacional em 2002.

Dando continuidade à revisão bibliográfica proposta neste artigo, vamos discutir sobre as Políticas Públicas de Educação Especial e Inclusiva com base nos seguintes documentos: a Constituição de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996; a Declaração de Salamanca (1994).

## **SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

Para a compreensão das demandas e práticas da educação dos Surdos nas escolas públicas inclusivas faz-se necessário abordar aspectos políticos, históricos e culturais que orientam a inclusão na educação e conceitos em relação a diferenciação entre Educação Inclusiva e Educação Especial.

Desta forma, Brasil (2008) refere-se que o conceito de Educação Inclusiva constitui:

A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 01).

Assim, a Educação Inclusiva visa ampliar a participação de todos os estudantes no ensino regular, ou seja, educandos com algum tipo de deficiência são inseridas na escola em salas de aula regular, com o uso dos recursos necessários às suas especificidades em seus processos de ensino-aprendizagem. Para o desenvolvimento em relação ao seu rendimento escolar pressupõe uma estrutura física acessível e a capacitação dos profissionais (DIAS, 2019).

Sobre a definição de Educação Especial temos:

[...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 7).

Nessa perspectiva, a Educação Especial como modalidade de ensino, perpassa todos os níveis de escolarização e consiste no uso de serviços e recursos didáticos específicos em prol de um atendimento especializado para o estudante. Em relação ao público-alvo, como citado anteriormente, destaca-se uma diferenciação entre a Educação Inclusiva e Especial sendo que a Educação Inclusiva envolve a diversidade de modo mais amplo.

Neste sentido, questiona-se quais são os estudantes da Educação Inclusiva? Em resposta temos: todos. Assim, compreende-se aos alunos público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2013), ou seja, pessoas com deficiências físicas, locomotoras, sensoriais, intelectuais e múltiplas, além daqueles que apresentam transtornos globais do desenvolvimento e aqueles que apresentam altas habilidades e aqueles que não são público-alvo dessa modalidade de ensino: os alunos brancos, negros, de distintos gêneros, índios, homossexuais, heterossexuais etc.

Durante muito tempo, os indivíduos com algum tipo de deficiência foram perseguidos, maltratados e até queimados, a ponto de suas famílias excluí-los da interação social, por receio de algum acontecimento pior. Assim, a história educacional para pessoas com deficiência atravessa várias fases: desde a exclusão, segregação institucional, integração até a inclusão (DIAS, 2019).

Na fase da exclusão, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência, que também não recebiam outros serviços. A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava essas pessoas, então consideradas "possuídas por maus espíritos". Já na fase de segregação institucional as pessoas com deficiência eram

excluídas da sociedade e da família, geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade de atenção recebida. O processo de inclusão, exatamente por ser diferente da já tradicional prática de integração, desafia mais quatro importantes sistemas sociais comuns a efetuarem mudanças fundamentais em seus procedimentos e estruturas (MELO, 2011, p. 01).

A aceitação das pessoas com deficiência pela sociedade sempre foi algo complexo, pela tentativa de rompimento de barreiras relativas ao preconceito, mesmo que essas pessoas possam ser produtivas em várias atividades quando se tem uma escolarização acessível e um treinamento profissional adequado às suas necessidades e possibilidades de desenvolvimento, para que assim, possa ser derrubado paradigmas preconceituosos sobre esse grupo.

O século XX apresenta modificações culturais, subjetivas e ideológicas, principalmente marcadas pelo avanço de um pensamento democrático na sociedade. A interlocução entre as esferas do Governo, nos âmbitos federal, municipal e estadual, e o fortalecimento dos movimentos sociais, deram início à criação de programas escolares para deficientes mentais (nomenclatura usada anteriormente) e, posteriormente, para as demais deficiências, incluindo os Surdos. Como a instituição de ensino regular de uma certa forma impedia o acesso para a maioria das pessoas com deficiência, ampliou-se a formalização de escolas especiais e classes especiais, constituídas de alunos com deficiência, integrando o contexto escolar (DIAS, 2019).

Cardoso (2003, p.18) enfatiza que “[...] no Brasil, as classes especiais foram criadas entre 1960 e 1965, em todo território brasileiro, para as pessoas excepcionais”, como maneira de organizar e manter a homogeneidade das turmas comuns.

Ressalta-se que esta terminologia era utilizada para os indivíduos com deficiência intelectual que frequentam as classes especiais. Essa autora argumenta em direção à mudança de nomenclatura para se dizer sobre as diferenças marcantes entre as pessoas: na década de 80, o termo “deficiente” é substituído pela nomenclatura “pessoas portadoras de deficiência”; logo em seguida, em 1986, adota-se a denominação “pessoas com necessidades educativas especiais”; e atualmente utiliza-se “pessoas com deficiência”. Cada nomenclatura dialoga com as mudanças dos paradigmas sociais vigentes em cada época. (CARDOSO, 2003).

Os Surdos, apesar de não possuírem deficiência na área cognitiva, à época, foram levados a frequentarem tais classes. Estas contribuíram para reforçar a segregação e exclusão dessas pessoas em relação à escolarização, mediante o enfrentamento de

duas problemáticas: a primeira diz respeito aos critérios de encaminhamento; a segunda corresponde a permanência por muito tempo em classes especiais (DIAS, 2019).

No ano de 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o atendimento educacional direcionado às pessoas com deficiências passa por uma fundamentação legal, que assinala seu direito à educação, com preferência no ensino regular. Aborda-se o tema Educação Especial vinculado ao sistema geral (DIAS, 2019).

Destaca-se que em 1960, nasce a proposta de integração educativa, que corresponde ao ensino dos alunos com deficiência na escola regular e apoiados individualmente a participarem destes.

A integração compreende em mudanças na progressão e uma mediação com relação aos Surdos, com base na capacidade cognitiva de cada indivíduo sem discriminações e segregações, passando a ser visto como cidadãos participativos da sociedade e analisando o potencial de aprendizagem. Ressalta-se que esta proposta não obteve resultados positivos (DIAS, 2019).

A Constituição Brasileira de 1988 traz em seu Capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto – Art. n. 205, a premissa de que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. O Art. n. 208, prevê, de modo específico, que o “[...] dever do Estado com a educação será efetivado mediante [...] Atendimento Educacional Especializado [...], preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 124).

No âmbito internacional, em 1994, entre 7 e 10 de junho, em Salamanca – Espanha, realizou-se a Conferência Mundial de Educação, objetivando reafirmar o compromisso com a educação para todos no sistema comum de ensino. Sob o patrocínio do governo espanhol e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Conferência contou com a representação de 88 governos e 25 organizações internacionais. Desse encontro, construiu-se o documento conhecido como Declaração de Salamanca, tornando-se referência para tratar dos princípios, da política e prática em Educação Especial, trazendo como indicação a inclusão social (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A Declaração de Salamanca (1994) propõe transformações para a sociedade, com uma perspectiva democrática, destacando os sujeitos de direitos, os quais devem expressar suas aspirações em relação à sua educação, à forma de como deve ser a estrutura e a acessibilidade ao saber.

A Educação Inclusiva é um processo de enfrentar e responder à diversidade de necessidades de todos os estudantes através de práticas inclusivas em aprendizado, culturas e comunidades, e reduzindo exclusão de dentro da educação e partindo da educação [...] Envolve mudanças e modificações de conteúdo, abordagens, estruturas e estratégias, com uma visão comum que cobre todas as crianças da faixa etária apropriada e uma convicção de que é a responsabilidade do sistema regular educar todas as crianças (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 13).

Com base na Declaração mencionada de 1994, a Educação Inclusiva tem como perspectiva auxiliar o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência em estabelecimentos de ensino (públicos ou privados), como também promover assistência complementar e suplementar para garantir acessibilidade curricular, com apoio da área médica e social.

De acordo ainda com a Declaração de Salamanca (1994, p. 9), “[...] as escolas regulares com orientação para a Educação Inclusiva são o meio eficaz no combate a atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva”. Assim, torna-se ampla a inserção de todos os educandos nas escolas regulares.

Nesse contexto, temos a aprovação e atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual percebe-se uma abertura de espaço para a proposição de medidas sintonizadas com uma concepção de educação como direito de todos, dever do Estado e da família (BRASIL, 1996).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, no Art. 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar (BRASIL, 1996, p.12).

O implemento na atual LDB, conduz à incorporação de temas que foram ganhando importância no meio social. Sobre a Educação Especial, temos como perspectiva um currículo flexível e adaptado às especificidades das crianças com deficiência.

Além disso, com essas Leis e documentos em especial: a Constituição de 1988, a Declaração de Salamanca (1994) e a LDB (1996), caminha-se para uma perspectiva que aponta novos rumos para os serviços de apoio especializado, métodos, técnicas e uso de recursos adaptados às especificidades dos educandos.

### **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

As discussões relacionadas ao processo da Educação Especial são sempre efetivadas em meio a inúmeras dificuldades e preconceitos. O percurso aponta para modelos institucionais de segregação e integração, confluindo, no final do século XX, ainda que de forma incipiente, na proposta da Educação Inclusiva.

Em 2008, é lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEEI), que procura acompanhar as transformações do conhecimento e da sociedade, objetivando a qualidade na educação para todos os alunos e os avanços na cultura e na estrutura das instituições de ensino (BRASIL, 2008). O intuito é que todos sejam atendidos de acordo com suas especificidades, como já apontado na Declaração de Salamanca, em 1994:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando todos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5).

Na PNEEEI contempla-se a Educação Especial articulada com o ensino regular, bem como a orientação para o atendimento dos educandos que constituem seu público-alvo. Esse documento coloca a Educação Especial como transversal em relação à educação regular, determinando o AEE como um apoio na identificação, elaboração e organização de recursos e práticas pedagógicas diferenciadas como maneira de minimizar as barreiras existentes no ambiente educacional e em nossa sociedade (BRASIL, 2008).

Portanto, desde o ano de 2003 até o presente momento, tem-se firmado um comprometimento em relação as pesquisas voltadas para a educação dos Surdos,

principalmente ao ensino de Português como segunda língua para esses sujeitos. As vivências profissionais e acadêmicas (2009 - 2020) da pesquisadora proporcionaram enriquecimentos quanto a prática no processo de alfabetização dos Surdos, nas escolas públicas municipais de Teresina- Piauí, quanto ao diálogo com os professores de diversas áreas, em especial de Língua Portuguesa e, contribuiu para a elaboração de seu projeto para o Doutorado.

Assim, no ano de 2020, a pesquisa relacionada a compreensão da prática social de letramento do professor ouvinte do ensino de Português como segunda língua para alunos Surdos passa a ser desenvolvida no Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, tornando-se relevante na busca por melhorias na educação dos Surdos principalmente na cidade de Teresina- Piauí.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos artigos e dissertações disponíveis nos sites do Google Acadêmico e do catálogo da Capes, observou-se dificuldades no encontro de pesquisas voltadas para práticas no ensino de português no Ensino Fundamental e principalmente no município de Teresina (Piauí), local este de vivência e trabalho da pesquisadora. Entretanto constatou-se a predominância do desenvolvimento de metodologias do tipo qualitativa, bibliográfica e etnográfica, como forma de embasamento para a busca dos objetivos propostos em cada pesquisa sobre Surdos no Brasil.

Também foram analisados documentos e a legislação pertinentes às Políticas Públicas de Inclusão no Brasil que se configuraram em propostas de integração educativa, e acessibilidade, que correspondem ao ensino dos alunos com deficiência na escola regular; estratégias; uso de recursos; formação dos profissionais; trabalho da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), dentre outros pontos que ficam em destaque nas propostas e legislação vigente. Mas em meio a tudo isso, percebe-se no contexto das diversas pesquisas de Fernandes (2003/2020), Paula (2014), Reis (2013), Santos; Chagas; Souza (2012) que sua efetivação ocorre lenta e gradativamente.

Salienta-se por meio desse levantamento bibliográfico que permanecem muitos desafios a serem alcançados dentro do sistema educacional, em especial com o público, que apresenta deficiências, o que reforça a necessidade de mudanças estabelecidas no currículo escolar, busca por um ensino Bilíngue, interação entre os elementos que

constituem a educação inclusiva e a concretização da legislação vigente no Brasil e no mundo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado; 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> . Acesso em: 25 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

\_\_\_\_\_. Nota técnica nº 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE. **Orientação à atuação dos centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ppd.mppr.mp.br/arquivos/File/NOTATECNICAN055CentrosdeAEE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CARDOSO, M. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão: uma longa caminhada**. In: MOSQUERA, J. M.; STOBAÛS, C. (Org.). Educação especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DIAS, Elayne Cristina Rocha. **O processo de ensino- aprendizagem de língua portuguesa por parte de crianças surdas na escola comum: desafios na rede pública de ensino de Belo Horizonte – MG**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, Necessidades educativas especiais (NEE) In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NEE, 1994, Salamanca – Espanha. **Qualidade UNESCO**. Salamanca: UNESCO, 1994.

FERNANDES, Sueli. **Letramentos na educação bilíngue para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2003. Disponível em: [http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/06\\_16.pdf](http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/06_16.pdf) (Acesso em 10/09/2020)

MELO, Francisca Oliveira da Silva. A história da educação especial rumo à inclusão: um desafio a conquistar. Web Artigos. 2011. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-historia-da-educacao-especial-rumo-a-inclusao-um-desafio-a-conquistar/68960/#ixzz3pAA4t3kr>

REIS, Dulcilene Saraiva. **Formação docente e educação de surdos: um encontro com a diferença, cultura e identidade surda**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, 2013.

PAULA, Bárbara Neves Salviano de. **O uso do dicionário de língua como instrumento didático no ensino de língua portuguesa para alunos surdos:** em busca de um bilinguismo funcional. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. 2014.

SANTOS, M. V. Dos; CHAGAS, Y. M. M; SOUZA, M. M. P. **Educação inclusiva para surdos: desafios e perspectivas.** Campina Grande, REALIZE Editora, 2012  
Disponível em:  
[http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/35ce183e8d336e8c37833b510c2ad743\\_2897.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/35ce183e8d336e8c37833b510c2ad743_2897.pdf)

TREINTA, Fernanda Tavares; et. al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão **Revista Production**, v. 24, n. 3, p. 508-520, July/Sept. 2014.

ZILLOTTO, G. S. GISI. M. L. As políticas educacionais e a educação de surdos. IV Seminário Internacional de Representações Sociais e Subjetividade e Educação – SIRSSE VI Seminário Internacional sobre Profissionalismo Docente – SIPD/CÁTEDRA/ UNESCO. **Anais.** Paraná, 2015.